



MÉTODO MARXISTA: Intersecção e/ou Consustancialidade?

MARXIST METHOD: Intersection and / or Consustanciality?

Qelli Viviane Dias Rocha
Universidade Federal Do Piauí(UFPI)

RESUMO

O presente artigo é parte das apreensões e aproximações iniciais do processo de pesquisa constitutiva na elaboração da Tese: “*A luta por dentro da luta: análise sobre a construção da identidade de classe e gênero da população T*”. Parte da revisão bibliográfica sobre as categorias consustancialidade e interseccionalidade e constitui-se, portanto, numa modalidade de pesquisa literária ensaística. Toma por mediação o método de apreensão da realidade orientada pelo método materialista-histórico-dialético, cujo propósito é aproximativo com vis a defesa de uma posição a partir da análise das categorias já mencionadas. Nosso intuito é evidenciar, por meio do método “marxista”, o reducionismo da perspectiva interseccional nos estudos sobre as relações de gênero e a complexidade da perspectiva consustancial, visto sua relação simétrica e horizontal nos estudos sobre as relações de gênero, classe e raça, ou seja, por se constituir como uma categoria que estabelece mediações com a estrutura social numa perspectiva de totalidade.

Palavras-chave: método marxista - relações de gênero – intersecção e consustancialidade.

ABSTRACT

The present article is part of the initial apprehensions and approximations of the constitutive research process in the elaboration of the Thesis: "The struggle within the struggle: analysis on the construction of the class identity and gender of the T population". Part of the literature review on the categories consustanciality and intersectionality, therefore, constitutes a form of literary essay research. It takes as a mediation the method of apprehending reality, guided by the materialist-historical-dialectic method, whose purpose is to approximate, with a view to the defense of a position, from the analysis of the categories already mentioned. Our aim is to demonstrate, through the "Marxist" method, the reductionism of the intersectional perspective in the studies on gender relations and the complexity of the consustancial perspective, given its symmetrical and horizontal relationship in studies on gender, class and race relations, that is to say, because it constitutes a category that establishes mediations with the social structure in a perspective of totality.

Keywords: Marxist method - gender relations - intersection and consustanciality



1 INTRODUÇÃO.

O presente ensaio teórico tem por objetivo contribuir para as discussões sobre as categorias intersecção e consubstancialidade nas análises das relações sociais de gênero-raça – classe e sexualidade. Trata-se, pois, de uma pesquisa de revisão bibliográfica. Como é sabido, a produção teórico - conceitual e metodológica destas categoriais ainda são bastante incipientes, sendo que a maioria das aproximações acerca destas produções parte das escolas francesas e norte-americana o que, em nossa compreensão, marginaliza a produção do conhecimento científico-acadêmico do cone-sul, desta forma, corroborando para escamotear as particularidades que inscrevem nossa formação sócio histórica.

Destarte, por meio da discussão do método materialista-histórico e dialético, objetivamos corroborar para a reflexão sobre as categorias intersecção e consubstancialidade nas mediações das relações sociais de gênero-classe- sexualidade e raça. Para tanto, tomamos como referência as defesas teóricas de Helena Hirata, Saffioti e Cisne.

Deste modo, buscaremos evidenciar como a defesa de Hirata se constitui numa mediação incipiente e aproximativa, pois se constitui na apresentação de um “cenário”, donde as relações de gênero-classe- raça e sexualidade expressam o intercruzamento de uma particularidade junto à outra, sem que estabeleçam unidade, o que a nossa compreensão capitula a realidade como numa “fotografia”. Em relação à defesa da categoria consubstancialidade, utilizamos as contribuições de Cisne e Saffioti, para as quais esta categoria viabiliza mediações complexas não hierárquicas que evidenciam como as relações sociais são determinadas pelas relações de produção material da vida, materializando, assim, a imanência das relações sociais que produzem o machismo, racismo, heterossexismo e patriarcado (opressões) ao processo de produção – circulação - distribuição e consumo da riqueza socialmente produzida que, em sua forma particular no atual momento histórico, constitui a forma de produção capitalista (exploração), se configurando como um “filme” que, por meio de mediações – (contradição- negação) dos antagonismos de classe, em sua heterogeneidade, evidenciar a totalidade histórica e social sob a qual se inscrevem os sujeitos sociais (mulheres, negros, homossexuais).



2 SOBRE O MÉTODO.

A dialética não é o método da redução: é o método da reprodução espiritual e intelectual da realidade é o método do desenvolvimento e da explicação dos fenômenos culturais partindo da atividade prática objetiva do homem histórico (Kosik, p. 39. 2010).

Tomando como pressuposto os estudos de Kosik (2010) partimos da afirmativa de que o ponto de partida da investigação dialética da realidade social é a própria totalidade concreta. Entretanto, esta não é captável de modo imediato, pois dada as determinações sociais e históricas da realidade *“esta não se apresenta aos Homens como objeto que cumpre intuir, analisar e compreender teoricamente, cujo polo oposto e complementar seja justamente o abstrato sujeito cognoscente, que existe fora do mundo e apartado do mundo”* (Kosik, 2010,13). Isto, porque acreditamos e defendemos que a realidade é unidade da essência e do fenômeno em sua contradição e negação, portanto “apreendida” por meio da verdade aproximativa.

Ocorre que no “mundo real”, o concreto toma forma das representações fenomênicas, embora estas não sejam cindidas da representação da totalidade concreta (essência), tem no espaço da vida cotidiana, dado a imediaticidade desta forma de práxis utilitária a ocultação da pseudoconcreticidade.

Considerando os escritos de Ianni (1991, p. 202), *“os fatos e acontecimentos sociais são sempre materiais e espirituais, envolvem relações, processos e estruturas de dominação, ou poder, ou apropriação e distribuição, implicam indivíduos, famílias, grupos, classes, movimentos, padrões e valores”*. Desta forma, compreendemos que esta é sempre uma relação de existência e coexistência, ao mesmo tempo em que comparece como mundo da liberdade e igualdade, também comparece como mundo da alienação, resignação e sofrimento.

Na vida cotidiana, insuprimível e ineliminável, a realização dos indivíduos se assenta e se cristaliza numa modalidade de Ser Social pragmático. Nesta, a causalidade e objetividade material são respondidas de modo funcional, *“não requisitando conhecimento interno dos fenômenos, mas tão somente a manipulação de variáveis para a consecução de resultados eficazes [...] no plano da cotidianidade, o critério da utilidade confunde-se com o da verdade”*. (Brant e Netto, p. 67, 2011).

De acordo com Brant e Netto (2011, p. 68):

Há mais, todavia: aquelas determinações da cotidianidade fazem com que todo e qualquer indivíduo só se perceba como ser singular a dimensão genérica aparece subsumida, na vida cotidiana, à dimensão da singularidade.



A vida cotidiana não equivale à vida privada, mas à vida equacionada a partir da perspectiva estrita de singularidade.

Ao que pese, a construção das identidades na sociabilidade capitalista burguesa tem sempre partido de uma perspectiva patriarcal, machista e racista donde a sexualidade é sempre compulsoriamente heterossexual. Entretanto, dada a particularidade do capitalismo contemporâneo e da inscrição das vertentes pós-modernas nos paradigmas nas ciências sociais sobre as análises das relações de gênero, verificamos que, no processo de desenvolvimento e complexificação das forças produtivas, o capitalismo, por meio de suas crises e auto regulação, tenta se desvincular do projeto civilizatório moderno, devido a sua incompatibilidade histórica. De acordo com Santos (2007), a ascensão no mundo ocidental, da centralidade do homem ou de qualquer poder sobrenatural, corroborou para o “*desencantamento do mundo*”.

2.2 As categorias de análise.

Na perspectiva da teoria crítica histórico-dialética (marxiana), a apropriação do mundo real dada pela razão sensível, conduz à reprodução do real por intermédio das faculdades intelectuais ou, conforme Kosik (2010), por meio do concreto-pensado. Assim, “[...] *o método de ascender do abstrato ao concreto é somente o modo do pensamento de apropriar-se do concreto mental. Mas de forma alguma é o processo de gênese do próprio concreto*” (MARX, 2011. p. 54-5).

Neste sentido, as categorias são “formas” de “mapeamento” das relações reais, portanto, também concretas e materialmente determinadas. De acordo com Carvalho (2012), eis um aspecto importante da oposição ao idealismo hegeliano. A afirmação do real em Marx se dá como concreticidade do mundo produzido e reproduzido material e espiritualmente pelos homens em seu processo de vida real.

Marx (2011) afirma que “[...] *as categorias simples são expressões de relações nas quais o concreto ainda não desenvolvido pode ter se realizado sem ainda ter posto a conexão ou a relação mais multilateral que é mentalmente expressa nas categorias mais concretas*” (p. 56). Isto, porque o concreto, em sua forma mais complexa, mantém a própria categoria de modo subordinado em sua relação.

II Simpósio Internacionais sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



Neste sentido, com base no método materialista-histórico-dialético, a apreensão da realidade concreta, apreendida a partir da decomposição da disposição natural da “coisa” e/ou “fenômeno”, considera os resultados históricos, ou seja, as contradições e antagonismos internos estabelecidos pela lógica da “coisa/fenômeno”, bem como o desenvolvimento material interno e as relações sociais de produção daí decorrentes.

As categorias, por mais simples e universais que pareçam, só devem e podem ser compreendidas pela lógica interna de sua concreção histórica particular. Disto isto, apontamos um problema nas relações sociais de gênero. Estas têm sido hegemonicamente apreendidas e analisadas a partir da sociabilidade burguesa heterossexual, racista e machista e, neste sentido, mediadas pela dicotomia e binarismo próprios e particulares ao modo de produção e reprodução capitalista, o que em nossa perspectiva escamoteia toda diversificação histórica, fazendo com que este processo, que é síntese de todos os processos históricos pelos quais passamos até o presente momento, compareça como único, intransponível, imutável negando, portanto, todo processo contraditório, antagônico e transformador.

Na sociedade burguesa encontramos a “[...] forma antagônica do desenvolvimento. Nela são encontradas com frequência relações de formas precedentes inteiramente atrofiadas ou mesmo dissimuladas” (MARX, 2011, p. 58-9).

Desta forma, não se pode perder de vista que para a perspectiva materialista crítica-dialética:

“[...] as categorias expressam formas de ser, determinações de existência, com frequência somente aspectos singulares dessa sociedade determinada, desse sujeito, e que, por isso, a sociedade, também do ponto de vista científico, de modo algum só começa ali onde o discurso é sobre ela enquanto tal”. (MARX, 2011 p. 58-9).

Estas categorias têm significados diferentes em dessemelhantes tempos e espaços em que se realizam a atividade humana e a compreensão do homem sobre si e o mundo. Resta da propositura crítica de Marx ao método da economia política, a necessidade de se partir do elemento simples que compõe a totalidade complexa multifacetária e inter-relacional da realidade que se objetiva compreender, ou seja, do concreto existente enquanto categoria real e não abstrata ou parcial.

Trata-se, pois, de desvendar a lógica específica do objeto específico, sendo que o mundo a se conhecer e compreender é o produzido pela atividade humana sensível. Daí ser o trabalho a categoria universal e fundamental para a compreensão de toda e qualquer realidade. Ao considerarmos esses pressupostos chegamos ao ponto de



intersecção e consubstancialidade que, analisadas a partir do método marxista, sintetizam as relações sociais de produção e reprodução complexa, heterogênea e contraditória que manifestam diversas facetas e particularidades sobre as relações de gênero.

3 FUNDAMENTOS E DUALIDADES DAS CATEGORIAS INTERSECCIONALIDADE E CONSUBSTANCIALIDADE.

Os conflitos de classe, de gênero, raciais e (acrescentamos) de sexualidade, tendem a ser concebidos, interpretados e enfrentados isoladamente. O modo de produção capitalista (por se constituir como um modo de reprodução social) tem, por meio da ideologia, construído práticas discursivas que nos faz crer na existência de uma cisão entre ideologia e produção material da vida.

Esta cisão contribuiu, por muito tempo, para que teóricos das relações sociais de gênero, que se orientam pela perspectiva crítica materialista-histórica, priorizassem sua apreensão em análises de cunho economicistas.

Para Perry Anderson (apud/ Saffioti, 2013), *“economicamente, os simples mecanismos do processo de valorização do capital, e expansão da forma-mercadoria são “cegos” ao sexo”,* uma vez que a *“lógica do lucro é indiferente à diversidade sexual”* (1984: 105); já segundo Ellen Wood (apud/ Saffioti, 2013), a tendência positiva do capitalismo é de solapar identidades como as de gênero ou raça, *“pois o capital luta para absorver as pessoas no mercado de trabalho e para reduzi-las a unidades intercambiáveis de trabalho, privadas de toda identidade específica.”*

Saffioti (2013), na contramão destes marxistas contemporâneos, afirma que o sexo não só não é uma categoria de “ordem natural”, bem como, quando assim compreendido, acaba por encobrir o antagonismo de classes, evidenciando que o domínio do masculino sobre o feminino, bem como do branco sobre o negro e, também, do heterossexual sobre o homossexual, estejam atrelados à estrutura econômica da sociedade, já que serve aos interesses daqueles que detêm o poder econômico.

De acordo com Saffioti (2013), apesar da tese difundida de que o desenvolvimento do capitalismo proporcionaria um novo tipo de família, livre de preconceitos é ilusório, segundo a autora, *“imaginar que a mera emancipação*

II Simpósio Internacionais sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



~~econômica dos sujeitos sociais (mulheres, negros e homossexuais) seja suficiente para~~

libertá-los de todos os preconceitos que os discriminam socialmente.

A intersecção da estrutura de classes com a diferença de sexo perturba o esquema marxista. As classes sociais são atravessadas pelas contradições de gênero e de raça.

Para a autora (Saffioti, 2013), Anderson incorre em equívocos vulgares ao negar a possibilidade de se abolir a divisão entre os sexos, visto considerar o sexo como um “fato da natureza”, ao contrário da “divisão entre classes”, que é, para Anderson, “um fato da história” (1984: 106 apud/ Saffioti, 2013). Também Wood é criticada. Segundo Saffioti (2013), a autora tende a desconsiderar a tendência estrutural do capitalismo à desigualdade de raça e de gênero. Para Wood, segundo Saffioti (2013), embora o capitalismo seja “capaz de tirar vantagens do racismo e do sexismo, o capital não tem a tendência estrutural para a desigualdade racial ou opressão de gênero”, ao contrário, são a desigualdade racial e a opressão de gênero os responsáveis por esconder “as realidades estruturais do sistema capitalista” e dividir “a classe trabalhadora” (2003: 229 apud/ Saffioti, 2013).

Uma inversão do problema? Talvez. É desta forma que grande parte dos teóricos marxistas abordou a questão, como se correspondesse a uma fragmentação do proletariado extrínseca ao capitalismo.

O que fragmenta a classe trabalhadora é o sistema capitalista ao, por exemplo, inverter a ordem do problema. O capitalismo não é, nunca foi e, dificilmente, será “cego” ao sexo (ou à raça/etnia, muito menos a sexualidade). É nesta exata medida que Saffioti (2013) enfatiza que o desenvolvimento do capitalismo não significa melhor condição social para as mulheres, acrescentamos negros e homossexuais.

Dado que a estrutura de classes é altamente limitativa das potencialidades humanas há que se renovar, constantemente, as crenças nas limitações impostas pelos caracteres naturais de certo contingente populacional (contingente este que pode efetivamente variar segundo as condições socioculturais de cada concreção singular da sociedade de classes) (2013, 59):

[...] do ponto de vista da aparência, portanto, não é a estrutura de classes que limita a atualização das potencialidades humanas, mas, ao contrario, a ausência de potencialidades de determinadas categorias sociais que dificulta e mesmo impede a realização plena da ordem social competitiva (Saffioti, 2013, 59).

II Simpósio Internacionais sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



A condição das mulheres nas sociedades de classe tem sido vista por numerosos estudiosos como o resultado da injunção de fatores de duas ordens diversas: de ordem natural e de ordem social.

“[...] Os homens entram na luta com diferenças de raça, de educação, de poder político, de religião, enfim, com diferenças naturais e sociais (de classe) bastante marcadas e de difícil superação. As mulheres, entretanto, contam não somente com as determinações que situam contingentes formados de homens e mulheres numa posição estrutural antagônica à de outros igualmente constituído por homens e mulheres; arcam também com o peso de uma outra determinação: o sexo” (Saffioti, 2013, p 96).

Acreditamos que a perspectiva defendida pelos teóricos marxistas e feministas em geral que tomam como aporte a Interseccionalidade, incorram na mesma problemática.

De acordo com Hirata (2014, p. 62), a compreensão das relações de gênero, a partir da perspectiva interseccional, surge no início dos anos 1990 nos países anglo-saxônicos como herança do *Black Feminism*, mas nos anos 2000 ganha força, dentro de um quadro interdisciplinar, por Kimberlé Crenshaw:

A Interseccionalidade é uma proposta para “*levar em conta as múltiplas fontes da identidade*”, embora não tenha a pretensão de “propor uma nova teoria globalizante da identidade” (*Idem, ibidem*). Crenshaw propõe a subdivisão em duas categorias: a “Interseccionalidade estrutural” (a posição das mulheres de cor na intersecção da raça e do gênero e as consequências sobre a experiência da violência conjugal e do estupro, e as formas de resposta a tais violências) e a “interseccionalidade política” (as políticas feministas e as políticas antirracistas que têm como consequência a marginalização da questão da violência em relação às mulheres de cor) (cf. *Idem, ibidem*) (Hirata, 2014, p. 63).

Conforme nosso grifo, esta categoria já expressa um problema fundamental, pois a construção e instituição de identidades não são fixas, rígidas e/ou imutáveis. As identidades femininas e masculinas são construídas através de atribuições de distintos papéis que a sociedade impõe desde o nascimento a homens e mulheres delimitando, assim, os campos de atuação com bastante precisão.

Para Franklin (2000), a constituição do mundo simbólico pessoal só é possível porque os indivíduos estão socialmente organizados, quer dizer, as concepções de que a realidade do mundo simbólico só se desenvolve socialmente são um processo dialético no qual o indivíduo é coprodutor tanto da sociedade como de si próprio.

De acordo com Saffioti (1987), a socialização dos filhos é tradicionalmente atribuída às mulheres. Não obstante, mesmo quando desempenham função remunerada fora do lar, continuam sendo responsáveis pela educação dos filhos e organização da

II Simpósio Internacionais sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”.

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí

~~Assim, como também ao homem é atribuído o papel de prover os sustentos da~~



família, mesmo quando este não tem condições.

A interseccionalidade remete a uma teoria transdisciplinar que visa apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrado. Ela refuta o enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social que são as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual. O enfoque interseccional vai além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão que opera a partir dessas categorias e postula sua interação na produção e na reprodução das desigualdades sociais (Bilge, 2009, p. 70/ apud Hirata, 2014, p. 64).

Em nossa opinião, para esta perspectiva, as relações de gênero mais do que determinadas pela produção e reprodução da vida subjetiva e material que divide e hierarquiza essas relações, são apreendidas a partir das determinações das relações de poder micro sociais apartadas de uma relação com a totalidade na qual o sexo se constituiria também como uma relação social de produção. De acordo com Hirata (2014), as relações de gênero, raça e classe, apreendidas a partir da perspectiva interseccional, embora importantes, mantêm certa assimetria, uma vez que são influenciadas em sua constituição por uma epistemologia imanentemente opressora¹.

O nó formado por estas três contradições apresenta uma qualidade distinta das determinações que o integram. Não se trata de somar racismo + gênero + classe social, mas de perceber a realidade composta e nova que resulta desta fusão. “(...) Não se trata de variáveis quantitativas, mensuráveis, mas sim de determinações, de qualidades, que tornam a situação destas mulheres muito mais complexa.” (SAFFIOTI, 2004).

Para Bebe, de acordo com Saffioti (2004), a inferioridade social da mulher é insuficiente para levá-la à organização de um movimento feminista único.

Habitualmente, a questão do feminismo é encarada como um “problema das mulheres”, assim como o racismo um “problema dos negros”, o que acaba impedindo o avanço da consciência de classe, que precisa ser uma consciência feminista e antiracista. “Essa perspectiva permite, ainda, que as discriminações não sejam mais atribuídas aos sujeitos específicos [mulheres, negro(as)], mas sejam consideradas problemas de toda a classe.” (CISNE 2014)

De acordo com Cisne (2014, p. 60), “as discriminações do sexo no trabalho não são uma especificidade das mulheres, mas elementos fundamentais que estão na base da dominação da classe operária”.

¹ homens – os machos – ocidentais, membros das classes dominantes



Desata forma, a concepção da consubstancialidade é outra:

O importante é analisar estas contradições na condição de fundidas e enoveladas ou entrelaçadas em um nó [...] Não que cada uma destas condições atue livre e isoladamente. No nó, elas passam a apresentar uma dinâmica espacial, própria do nó. Ou seja, a dinâmica de cada uma condiciona-se a nova realidade. De acordo com as circunstâncias históricas, cada uma das contradições integrantes do nó adquire relativos distintos. E esta mobilidade é importante reter, a fim de não se tomar nada como fixo, aí inclusa a estrutura organização social destas subestruturas na estrutura global, ou seja, destas contradições no seio da nova realidade – novo patriarcado-racismo-capitalismo-historicamente constituída (Saffiotti, 2004, p. 125)

A consubstancialidade tem esse sentido, as opressões não se acumulam, mas se realizam umas nas outras, dando substância e formando o tecido social que chamamos de realidade material. Esse tecido precisa ser entendido na sua totalidade, sendo que seccioná-lo, mesmo com fins analíticos, pode atrapalhar nosso entendimento sobre o dinamismo dos fenômenos. Acreditar e defender que podemos entender a situação das empregadas domésticas primeiro como um assunto de classe, para depois falar do assunto de raça (ou vice-versa), torna o objeto sociológico (no caso, as empregadas) um quebra-cabeça que nunca conta com todas as suas peças.

Em suma, acreditamos que a diferença fundamental seja que a interseccionalidade possibilite a afirmação de que existam eixos de opressão que possuem funcionamento, origem e sentido próprios, que se acumulam para incidir em sujeitos específicos, pois parte da compreensão da inscrição e instituição das identidades como únicas formadoras de delimitação de espaços, formas de ser, agir e estar no mundo, demonstrando que a construção da identidade se dá a partir da diferença.

Dessa forma, as identidades sociais não são simplesmente definidas, mas construídas por meio de uma imposição hierárquica. Esta imposição não se dá de modo “harmonioso”, ao contrário, se dá através de disputas conflituosas. Estas disputas envolvem aspectos simbólicos e materiais da sociedade. De acordo com Tomaz Tadeu Silva (2000, grifo nosso), “[...] a afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo de diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais.” Para o autor, a identidade e a diferença estabelecem conexões com relação ao poder, pois este é capaz de definir a identidade e marcar a diferença.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que para o método materialista histórico dialético (marxista) toda relação se estabelece a partir do concreto desenvolvido e materializado por uma relação de intercâmbio natural – biológico e social com a natureza e com outros homens, defendemos que o trabalho, enquanto ontologia do ser social, seja preeminente para as análises e apreensões sobre as relações sociais de gênero. Por compreendermos sua centralidade é que afirmamos que, para nossa pesquisa, a categoria consubstancialidade mais corresponderá à aproximação da realidade que objetivamos analisar. Tomando como pressuposto os escritos de Souza Lobo (1991, p. 75), afirmamos que a relação com o trabalho é não apenas premente, mas determinante na organização da vida dos sujeitos sociais.

A divisão sexual do trabalho distingue o trabalho em dois tempos: “[...] o tempo ligado à sobrevivência no campo ou em casa, no cotidiano, e o tempo de trabalho assalariado, que remete a um emprego e que produz a separação entre trabalho doméstico e o emprego em termos de espaços e relações”, dicotomizando espaços e campos de atuação.

Esta dicotomização, além de polarizar homens e mulheres, também institui a heterossexualidade enquanto norma, portanto, compulsória, corroborando, ao nosso entender, para a permanência da propriedade privada.

Essa assertiva nos possibilita intuir e conjecturar que a opressão, exploração e dominação têm seu mais alto grau de desenvolvimento e fortalecimento no estabelecimento da família monogâmica. Entretanto, dada a inscrição do combate às opressões pelo viés identitário (do qual cada vez mais muito bem se serve a perspectiva interseccional), fica evidente a negação do trabalho enquanto construto da subjetividade e singularidade.

Isto posto, defendemos que a categoria consubstancialidade, por apreender a pertinência da categoria trabalho como parte coextensiva das relações sociais de gênero, raça e sexualidade, compreende a construção das identidades como transformadoras do processo e do produto “[...] do trabalho em um fato genérico, ainda que no imediato se trata de um ato singular.” (Lukács, 1979, p. 25).



REFERÊNCIAS

- BRANT, Maria do Carmo e NETTO, Jose Paulo. Cotidiano: **Conhecimento e Crítica**. 9 ed. Cortez, 2011. São Paulo
- CARVALHO, Henri. **Categorias simples na crítica de Marx**. Revista USP. São Paulo. n. 95; p. 160-163 - setembro/outubro/novembro 2012.
- CISNE- Mirla. **Feminismo e Consciência de Classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014
- FALQUET, Jules. **Repensar as relações sociais de sexo, classe e raça na globalização neoliberal**. Mediações, Londrina, v. 13, ns 1-2, p. 121-42, 2008.
- FRANKLIN, Ricardo Franklin. **Afro-descendente: identidade em construção**. São Paulo: EDUC; Rio de Janeiro: Pallas, 2000.
- HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho?** São Paulo: Boitempo, 2002/2004
- _____. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. 62 Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 26, n. 1. Disponível in: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/viewFile/84979/87743>. Acessado em 20/08/2017.
- IANNI, Octavio. **As crises de Paradigmas na sociologia**. (Mimeo)
- KOPNIN.P.V. A Dialética como Logica e Teoria do Conhecimento - Cap. V: **O materialismo dialético e o desenvolvimento do conhecimento**. (Mimeo)
- KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.
- LUKÁCS, Georg: sociólogo. Organização de José Paulo Netto. São Paulo: Ática, 1981b.
- _____. **Ideologia**. Disponível em: http://sergiolessa.com/ontologia_all/Ontologia_all/CapIdeologia/IdeologiaII.doc >. acesso em: 21 jun. 2010a.
- _____. **Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979a .
- MARX, Karl. **A miséria da filosofia**. São Paulo: Global, 1985.
- _____. Grundrisse - **Manuscritos Econômicos de 1857-1858** - Esboços da Crítica da Economia Política. Boitempo: São Paulo, 2011.
- SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes: mitos e realidade**. Petrópolis: Vozes, 1976. Reimpressão 2013.
- _____. **Gênero patriarcado e violência**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004.
- _____. **O poder do macho**. 9. ed. São Paulo: Moderna, 1987.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu. (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- SOUZA-LOBO, Elizabeth. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- _____. A questão da mulher na reprodução da força de trabalho. **Perspectiva**, São Paulo, v. 4, p. 43-47, 1981.
- _____. O trabalho como linguagem: o gênero do trabalho. In: BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha; COSTA, Albertina de Oliveira. (Org.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos : Ed. Fundação Carlos Chagas, 1990.

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí

~~TONET. Ivo. Modernidade, pós-modernidade e Razão, Maceió Agosto de 2006.~~

Disponível in: [http://ivotonet.xpg.uol.com.br/arquivos/MODERNIDADE POS-MODERNIDADE E_RAZAO.pdf](http://ivotonet.xpg.uol.com.br/arquivos/MODERNIDADE_POS-MODERNIDADE_E_RAZAO.pdf). Acessado em 20/10/2017

